REFLEXÃO

PELO AVANÇO ECONÔMICO E SOCIAL DO BRASIL

MARCELLO BRITO

Presidente do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)



A PANDEMIA de COVID-19 trouxe uma série de consequências econômicas e sociais ao Brasil. Uma delas é a taxa de desemprego, que ficou em 14,6% no primeiro trimestre deste ano, atingindo 14,76 milhões de pessoas, conforme o último dado divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A alta quantidade de desempregados acarreta o aumento das desigualdades sociais, levando um número significativo de pessoas a uma situação de insegurança alimentar e pobreza.

Projeções feitas pela Fundação Getulio Vargas (FGV) pontuam tal cenário: entre agosto de 2020 e fevereiro último, existiam cerca de 17,7 milhões de pessoas que voltaram à pobreza no País, passando de 9,5 milhões (4,5% da população) para 27,2 milhões (12,8% da população). É um contingente que não tem sequer o básico para sobreviver.

Na questão da fome, o último relatório "O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo" (SOFI 2021), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês), estima que, antes mesmo da instalação da pandemia, entre 2018 e 2020, quase um quarto da população brasileira – 23,5%, ou 49,6 milhões de pessoas – estava em situação de insegurança alimentar moderada ou severa. São 12,1 milhões a mais do que no período entre 2014 e 2016.

Diante desse panorama complexo e devastador, em que os setores mais pobres da sociedade são os que mais sofrem e os que levam mais tempo para se recuperar, o agronegócio brasileiro pode dar a sua contribuição alavancando o desenvolvimento socioeconômico, a fim de assegurar a produção e a distribuição de alimentos e diminuir as desigualdades de renda e nutrição, promovendo saúde, bem-estar e segurança alimentar a toda a população.

Há mais de duas décadas, o agro tem sido protagonista no País, cooperando com a geração de riquezas, que precisam ser urgentemente utilizadas para atender as demandas sociais, como, por exemplo, a oferta de uma infraestrutura robusta nas áreas de educação, saneamento, energia, mobilidade urbana e moradia, o que, certamente, dará as condições necessárias para o desenvolvimento de uma sociedade ainda mais colaborativa e produtiva.

O trabalho incansável e incessante do setor é promovido sem qualquer vínculo partidário ou ideológico, uma vez que o objetivo é o bem do Brasil e do povo brasileiro. Desta forma, a união entre todos os elos produtivos – começando pela indústria de insumos e equipamentos, passando pelos produtores rurais e chegando às empresas de processamento de alimentos e às cadeias de distribuição – é fundamental. Afinal, essa combinação de todos os segmentos traz uma força descomunal para o agronegócio. Com isso, juntos, podemos posicionar-nos de maneira mais contundente sobre os temas mais importantes para o País e, sobretudo, a população brasileira.

Temos conhecimento sobre a redução da capacidade de resposta estatal, devido ao cenário da pandemia – alta inflação e menos investimentos – e à fragilidade fiscal. Mesmo assim, o Brasil não pode parar. E o agronegócio é essencial para que a nossa Nação continue em uma trajetória de recuperação e crescimento. Por isso, precisamos seguir em frente. Não podemos deixar que situações políticas interfiram nessa recuperação econômica ou nos interesses de desenvolvimento social. Quando isso ocorre, todas as pessoas são afetadas sobremaneira, impossibilitando o exercício de sua cidadania e atrasando o progresso e a prosperidade do País. ■

Segundo projeções da FGV, entre agosto de 2020 e fevereiro último, cerca de 17,7 milhões de pessoas voltaram à pobreza no País, passando de 9,5 milhões para 27,2 milhões (12,8% da população).